



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PROJETOS ESPECIAIS-PNUD

EQSW 103/104 1º Subsolo, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste, CEP: 70.650-350
Telefones: (61) 3341-9448/3341-9208 FAX.: (61) 3341-9499

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO EDITAL

Nº 004/2014 DE 29/09/2014

**Projeto Para Conservação e Uso Sustentável Efetivos de
Ecossistemas Manguezais no Brasil**
PROJETO PNUD BRA/07/G32

ATENÇÃO

FAVOR ENCAMINHAR O CURRÍCULUM, COM BASE NO MODELO CONSTANTE DESTES EDITAIS, POR CARTA REGISTRADA, ATÉ O DIA **10 DE OUTUBRO DE 2014** PARA O ENDEREÇO ABAIXO. O COMPROVANTE DA PASTAGEM E O CURRÍCULUM-VITAE PODERÃO SER ENVIADOS AO ENDEREÇO ELETRÔNICO: manguezaisdobrasil@icmbio.gov.br

OBS: APÓS A SELEÇÃO CURRICULAR DOS CANDIDATOS O ICMBIO ENTRARÁ EM CONTATO PARA MARCAR ENTREVISTA E SOLICITAR PROPOSTA FINANCEIRA PARA AVALIAÇÃO

**PROJETO PNUD BRA/07/G32 - PROJETOS ESPECIAIS
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
CAIXA POSTAL Nº 7993
70673-970 – BRASÍLIA – DF**

Somente serão considerados no processo seletivo, os currículos, cuja identificação do **EDITAL E CÓDIGO DA VAGA** desejada estejam descritos na parte externa do envelope. O candidato que desejar concorrer a mais de uma vaga deverá encaminhar um currículo para cada código em envelopes diferentes.

Ressalta-se que: Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151 de 22/07/04 “É Vedada a contratação, a qualquer título, de Servidores Ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional”.

ESTE EDITAL TEM VALIDADE DE UM ANO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CÓDIGO BRA/07/G32 – VAGA 25

2 – Setor Responsável: Coordenação Geral do BRA/07/G32

3- Diretoria: DISAT-ICMBio - Área Piloto Delta do Parnaíba

4 Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado

5. Contexto: Os manguezais são um dos ecossistemas mais produtivos do planeta. Contribuem para a biodiversidade de relevância mundial, asseguram a integridade ambiental da faixa costeira e são responsáveis pelo fornecimento dos recursos e serviços ambientais que sustentam atividades econômicas. O papel desempenhado pelos manguezais no aumento da resiliência dos ecossistemas, comunidades e atividades econômicas costeiras às mudanças climáticas é cada vez mais reconhecido. Apesar de sua importância, os manguezais no Brasil são vulneráveis a uma série de ameaças antropogênicas. Embora o Brasil tenha construído e implementado um arcabouço bastante abrangente objetivando assegurar a conservação dos manguezais por meio de uma abordagem de áreas protegidas, os sistemas estão permeados de deficiências institucionais e de capacidade que agem como barreiras à efetiva proteção desse ecossistema. Essas deficiências se traduzem na perda de habitats de manguezais e na diminuição na oferta de recursos dos quais muitas comunidades e setores dependem. Atualmente são 50 unidades de conservação com manguezais no país, abarcando grande parte desse ecossistema.

O Projeto Manguezais do Brasil aborda essa questão de forma direta, adaptando as ferramentas existentes de gestão de áreas protegidas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) às características específicas dos ecossistemas manguezais, e fortalecendo a capacidade de implementação dessas ferramentas. Desse modo, almeja estabelecer padrões mínimos e abordagens melhoradas para a conservação e o uso sustentável dos manguezais em todo o País. Para tanto, o projeto desenvolve suas atividades em um subgrupo de áreas protegidas com manguezais com base em abordagens inovadoras de manejo testadas em campo tanto para a categoria de manejo de uso sustentável, como para a de proteção integral, promovendo, assim, o amadurecimento do SNUC. O resultado inclui benefícios diretos de conservação para 568 mil ha de manguezais de relevância mundial, que são protegidos pelas áreas piloto do projeto, impactos positivos nos meios de vida de alguns dos segmentos mais pobres da sociedade brasileira e a construção de uma estrutura que permitirá a replicação das lições aprendidas no decorrer do processo a todas as unidades de conservação com os manguezais no Brasil, e também, eventualmente, em manguezais fora de áreas protegidas.

A meta de longo prazo do Projeto é a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas manguezais e das funções e serviços ambientais necessários para o desenvolvimento nacional e o bem-estar das comunidades costeiras. O objetivo do Projeto é contribuir para esta meta por meio de uma estratégia de gestão de áreas protegidas testada in situ, a ser adotada para a conservação efetiva de uma amostra representativa dos ecossistemas manguezais no Brasil.

Para tanto, gestores e pesquisadores especialistas no ecossistema manguezal elaboraram ao longo de 2012 e 2013 o chamado “Programa de Monitoramento de Manguezais em Unidades de Conservação Federais”, doravante chamado de MoMa, que tem como objetivo orientar a gestão adaptativa e o uso sustentável dos manguezais em unidades de conservação federais, por meio do monitoramento de indicadores da integridade do ecossistema e de indicadores da sustentabilidade do uso de recursos naturais, permitindo assim a avaliação da eficiência das estratégias de gestão e manejo. Com este aprimoramento da gestão das UCs, espera-se contribuir para o objetivo geral do Projeto Manguezais do Brasil, que é a conservação e o uso sustentável do ecossistema manguezal e das funções e serviços ambientais necessários para o desenvolvimento nacional e o bem-estar das comunidades costeiras. O MoMa, a partir de agora, entra numa fase de teste, validação e implementação. O foco inicial está em unidades de conservação das áreas-piloto estabelecidas no âmbito do Projeto Manguezais do Brasil, mas espera-se replicar o monitoramento nas demais áreas protegidas do Brasil.

6. Justificativa: Os manguezais no Brasil são vulneráveis a uma série de ameaças, tais como a perda e fragmentação da cobertura vegetal, a deterioração da qualidade dos habitats aquáticos, devido sobretudo à poluição e as mudanças na hidrodinâmica, o que tem promovido a diminuição na oferta de recursos dos quais muitas comunidades tradicionais e setores dependem diretamente para sobreviver. Para evitar isto o Instituto para a Conservação da Biodiversidade Chico Mendes com apoio do Projeto Manguezais do Brasil (BRA/07/G32) vem estruturando um programa integrado por uma série de ações estratégicas orientadas ao monitoramento da conservação e do uso sustentável dos manguezais protegidos por unidades de conservação.

Uma delas é a elaboração de um Plano Nacional de Conservação dos Manguezais, o PAN Manguezais que elencará as prioridades para inibir as ameaças existentes que põem em risco populações de espécies da fauna e flora e as de importância socioeconômicas no ecossistema, bem ações ligadas às políticas públicas, ao desenvolvimento de conhecimento específico, à sensibilização de comunidades e de instituições e ao controle da ação degradadora.

Outra estratégia relevante para o acompanhamento da conservação dos manguezais é levantamento da cobertura vegetal, realizado periodicamente pelo Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA. A partir da linha de base, um mapeamento dos manguezais de todo o país feito em 2008, foi realizado um novo levantamento em 2010 e agora, em 2014, está sendo executado o mapeamento dos manguezais do país, no âmbito desse projeto.

Por fim, a terceira estratégia que cabe assinalar é o alvo desse termo de referência, é a implementação do Programa de Monitoramento da Biodiversidade de Manguezais de Unidades de Conservação Federais, o MoMa. Esse programa já foi desenhado e já conta com um plano de implementação. O presente termo visa realizar testes em campo e eventuais ajustes para validação e implementação do MoMa em áreas piloto do Projeto Manguezais do Brasil, deixando este Programa pronto para uma posterior ampliação da escala espacial através da replicação em outras áreas protegidas e da escala temporal através da manutenção do monitoramento dos indicadores por longo prazo.

7. Propósito da contratação: Elaborar proposta de protocolo mínimo para implementação do Programa de Monitoramento da Biodiversidade de Manguezais de Unidades de Conservação Federais – MoMa.

8. Descrição das atividades:

8.1. Detalhamento:

Elaboração de plano de trabalho em conjunto com a Coordenação do Projeto Manguezais do Brasil.

Desenvolvimento de uma análise de viabilidade operacional do monitoramento dos indicadores elencados no MOMA, ou seja, fazer uma triagem dos indicadores cujos protocolos mínimos são realmente exeqüíveis pelas unidades de conservação, sejam das áreas piloto ou não, não apenas durante a vigência do Projeto Manguezais do Brasil, mas também após o término do projeto.

Desenvolvimento de uma proposta preliminar de “Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da Biodiversidade de Manguezais” e teste de seu operacional em campo. Não há necessidade que esse pré-teste seja realizado numa área-piloto do projeto. Pode ser feito em outras áreas de manguezais, mas deve ser avaliado posteriormente pelo conjunto de pesquisadores que está

envolvido na concepção do MoMa e por gestores e comunitários diretamente envolvidos na implementação do MoMa.

Co-organização, em parceria com o Projeto Manguezais do Brasil, de um seminário nacional para apresentar os resultados obtidos no teste do Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da Biodiversidade de Manguezais, para validação e elaboração de estratégia de replicação. Esse seminário deve contar com a participação da comunidade científica, gestores e comunitários das áreas piloto do Projeto Manguezais do Brasil.

Elaboração de material preliminar de apoio à implementação do Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da Biodiversidade de Manguezais nas áreas piloto do Projeto Manguezais do Brasil, à luz das lições do pré-teste e dos resultados do seminário nacional supracitado.

Implementação do Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da biodiversidade de manguezais em algumas das áreas piloto do Projeto Manguezais do Brasil, tentando maximizar a diversidade de categorias de manejo e de localização geográfica.

Elaboração da versão final do material de apoio à implementação do Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da Biodiversidade de Manguezais nas áreas piloto do Projeto Manguezais do Brasil, à luz da experiência obtida com o monitoramento iniciado em áreas piloto do projeto

Elaboração de um conjunto de recomendações e sugestões para a replicação do Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da Biodiversidade de Manguezais nas outras unidades de conservação federais com manguezais

8.2. Forma de apresentação:

- Os produtos deverão ser entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação, ou seja, em linguagem técnico-científico compatível aos documentos apresentados para órgãos públicos federais.
- Os produtos deverão ser apresentados e aprovados pela Coordenação do Projeto e o (a) consultor (a) deverá adequar ou corrigir os produtos conforme orientações e entregar a versão final.
- Os produtos finais deverão ser elaborados em documento do Word, a ser entregue em duas vias impressas, encadernadas e assinadas, além de duas vias digitais em CD-ROM. Dados brutos e dados formatados também deverão ser entregues.

8.3. Direitos autorais e de propriedade intelectual:

- A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito de contrato a ser firmado serão do CONTRATANTE. O CONTRATADO se obriga a firmar documento contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE.

- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

- Fontes de consulta e créditos para fotos, figuras, mapas, dentre outros deverão ser apresentados conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

8.4. Prazos:

- A duração dos trabalhos para elaboração dos estudos e entrega do último produto está estimado em um período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura de respectivo contrato.

- Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Coordenação do Projeto a mesma terá um prazo de 15 dias úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o (a) contratado (a) deverá atender às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de 15 dias corridos após aprovação da versão preliminar.

- Os produtos deverão ser entregues obedecendo ao cronograma descrito abaixo.

09. PRODUTOS	PERCENTUAL	DATA PREVISTA
Produto 1 – Plano (Análise) de viabilidade operacional do monitoramento dos indicadores elencados no MOMA (Triagem dos indicadores que serão contemplados no RAP), elaborado.	20%	Mês 2
Produto 2: Proposta preliminar e Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da Biodiversidade de Manguezais, elaborada	15%	Mês 4

<p>Produto 3: Relatório do teste do Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da Biodiversidade de Manguezais, elaborado</p>	20%	Mês 5
<p>Produto 4: Relatório dos resultados obtidos no teste do Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da Biodiversidade de Manguezais, a ser aplicado durante Seminário Nacional sobre o tema.</p>	10%	Mês 7
<p>Produto 5: Elaboração de guia de orientação/procedimentos de campo preliminar para implementação do Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da Biodiversidade de Manguezais (guia de orientação/procedimentos)</p>	15%	Mês 9
<p>Produto 6: Relatório de acompanhamento da implementação do Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da biodiversidade de manguezais em três áreas piloto do Manguezais do Brasil</p>	20%	Mês 12

OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

PERFIL DO PROFISSIONAL

12. Modalidade a ser Contratado:	<input checked="" type="checkbox"/> Produto		
13. Período da Contratação	12 meses		
14. Valor do Contrato:	Total Geral R\$:		
15. Nº de Vaga(s):	01		
16. Nível de Escolaridade:	<input checked="" type="checkbox"/> Nível Superior	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
17. Formação(ões) Acadêmica(s) (Obrigatória): Biologia, Ecologia, Engenharia Florestal ou áreas afins.			
18. Especializações/Cursos: Preferencialmente com Mestrado ou Doutorado, em áreas afins a conservação da biodiversidade.			
19. Experiência Profissional: Experiência comprovada em elaboração, implantação e execução de programas e projetos nos temas relacionados à conservação da biodiversidade, preferencialmente em áreas de manguezal. Experiência comprovada na seleção de indicadores adequados ao delineamento/execução de programas de monitoramento de biodiversidade in			

situ. Desejável experiência em organização e relatoria de eventos.		
20. Tempo de Experiência Profissional: 4 anos		
21. Localidade de Realização do Trabalho: Brasília/DF		
22. Disponibilidade para Viagens:	(x) Sim	() Não
23. Conhecimentos em Informática:	(x) Sim	() Não
24. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	(x) Sim	() Não
25. Conhecimento em língua inglesa:	(x) Sim	() Não
26. Capacidade de redação clara e concisa em português.	(x) Sim	() Não
27. Insumos Previstos: A princípio não estão previstas viagens, porém pela natureza da contratação é possível que surja a necessidade de realizá-las. Neste caso, excepcionalmente, e desde que devidamente justificada, admitir-se-á a concessão de diárias e passagens ao contratado. (parágrafo único, Art. 2º Portaria 162 de 12/05/2011 do Ministério de Meio Ambiente)		

CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO – VAGA 25

FORMAÇÃO ACADÊMICA (Peso 1.0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Formação acadêmica não atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	Eliminado
Formação acadêmica em Biologia, Ecologia, Engenharia Florestal ou áreas afins.	4
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e ainda possui pós-graduação em áreas afins ao objeto da contratação: especialização (2 pontos), mestrado/doutorado (4 pontos) na área de conhecimento previsto. (não cumulativo)	6

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Peso 2.0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Atividades desenvolvidas em áreas correlatas ao objeto de contratação, conforme Edital.	0,5 por ano completo, máximo 5	2,5
Experiência em temas relacionados à conservação da biodiversidade, preferencialmente em áreas de	1,5 por ano completo,	7,5

manguezal	máximo 5	
Experiência em seleção de indicadores adequados ao delineamento/execução de programas de monitoramento de biodiversidade <i>in situ</i> .	1,0 por ano completo, máximo 5	5

ENTREVISTA (Peso 2,0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Avaliação da experiência e capacidade na elaboração de trabalhos relacionados a conservação da biodiversidade.	15
Avaliação da experiência na elaboração de seleção de indicadores adequados ao delineamento/execução de programas de monitoramento de biodiversidade <i>in situ</i> .	15
Quantas consultorias o candidato está realizando? OBS: Será eliminado o candidato que possuir contrato vigente no âmbito do Programa das Nações Unidas.	A partir de 02 consultorias simultâneas o candidato perderá 5 pontos por consultoria; com 03 ou mais consultorias será eliminado

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CÓDIGO BRA/07/G32 – VAGA 26

2 – Setor Responsável: COMAN/DIMAN - ICMBio

3 Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado

4 – Contexto: O Projeto Manguezais do Brasil – BRA/07/G32 está sendo implementado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, em cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e tem como objetivos contribuir para a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas manguezais, para a manutenção das funções ecológicas e para a oferta de serviços ambientais necessários para o desenvolvimento nacional e o bem-estar das comunidades costeiras.

Dentro de seus resultados, o projeto desenvolver um processo de ordenamento territorial e zoneamento de uma APA nas que diferentes esferas de poder articulam-se (municipal, estadual e federal). (copiar o resultado 3), com vista na realização de uma experiência demonstrativa de planejamento que possa ser replicada em outras áreas geográficas com condições análogas e/o com características semelhantes.

A APA Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA CIP) foi criada pelo Decreto 90.347/1984, declarando área de proteção ambiental regiões situadas nos Municípios de Cananéia, Iguape, Peruíbe, Itariri e Miracatu no Estado de São Paulo, cujas delimitações geográficas constam no artigo 3º, desse Decreto. Agora se inclui o município de Ilha Comprida, criado em 1992. A APA CIP totaliza cerca de 234.000 ha, após a edição do Decreto 91.892/1985, a APA CIP atinge 6 municípios da zona costeira paulista e se localiza numa área protegida prioritária no bioma costeiro-marinho, onde se situam importantes manguezais, integrando um mosaico de unidades de conservação federais, estaduais e municipais desde o litoral sul paulista até o litoral norte do estado do Paraná.

No Brasil, os mangues são protegidos por legislação federal, devido à importância que apresentam para o ambiente marinho. São fundamentais para a procriação e o crescimento dos filhotes de vários animais, como locais integrantes de rotas migratórias de aves e para alimentação de peixes. Além disso, colaboram para o enriquecimento das águas marinhas com nutrientes e matéria orgânica. Os manguezais possuem elevada produtividade biológica, pois neste ecossistema encontram-se grande parte dos representantes do elo da teia alimentar (bactérias, fungos, protozoários, plâncton, bentos, crustáceos, moluscos, peixes, aves e até o homem).

Os manguezais estão entre os principais responsáveis pela manutenção de boa parte das atividades pesqueiras das regiões tropicais. Servem de refúgio natural para a reprodução e desenvolvimento (berçário), assim como local para alimentação e proteção para crustáceos, moluscos e peixes de valor comercial. Além destas funções, os manguezais ainda contribuem para a sobrevivência de aves, répteis e mamíferos, muitos deles integrando as listas de espécies ameaçadas ou em risco de extinção. Devido às características ambientais dos manguezais, estes ambientes são degradados pela ação e ocupação antrópica. Essa ocupação desordenada se deve principalmente ao fato de que vários empreendimentos e atividades não tiveram adequado planejamento para se estabelecerem nessa área, tornando os manguezais extremamente vulneráveis. Entre as atividades que podem impactar os manguezais estão agricultura, aquicultura, a construção de instalações urbanas, industriais, de turismo e o aterramento de áreas de manguezal. Estas atividades estão relacionadas a processos como erosão, sedimentação, eutrofização e podem causar alterações no regime hidrológico e em processos ecológicos dos ambientes de manguezal.

5- Justificativa: A APA CIP ainda não está dotada de um Plano de Manejo, que será elaborado por intermédio da contratação de consultoria através de recursos advindos do Projeto Manguezais do Brasil – PNUD/ICMBio.

Esta consultoria visa atender à continuidade dos trabalhos para regulamentação da APA CIP, pendente desde a década de 1990, quando foram realizados um Plano de Gestão e um zoneamento preliminar (1995-1998). Esses documentos foram elaborados através de convênios entre os governos federal e estadual (IBAMA/SMA 033/95 e 031/97).

O Plano de Manejo constitui-se em instrumento de planejamento e gerenciamento da APA que integra estudos e análises de dados sobre os fatores bióticos, abióticos e antrópicos existentes na área, além de prever ações de manejo a serem implantadas, conforme estabelece a Lei 9.958/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). No caso particular das Unidades de Conservação em questão, além dos aspectos tradicionalmente abordados pelo Plano de Manejo, esse planejamento deve levar em consideração aspectos relacionados ao ordenamento fundiário.

Na ausência de roteiro metodológico específico para elaboração de plano de manejo de APA (o Roteiro específico para elaboração de plano de manejo de APA que foi publicado em 2001 ficou desatualizado em relação ao que preceitua o SNUC), fez-se uma adaptação apresentando-se uma lista mínima de itens que devem ser abordados no plano de manejo de APA. Esta lista tomou como base a experiência dos técnicos de ICMBio que trabalham com APA, bem como os itens constantes do Roteiro de Planejamento para Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica (Galante, Maria Luíza V. et alii. 2002).

1. Dotar a APA com diretrizes atualizadas para o seu gerenciamento e manejo, possibilitando o alcance dos objetivos para os quais foram criadas;
2. Definir os objetivos específicos de manejo que orientem a gestão da APA;
3. Definir as atividades de manejo, conforme o conhecimento disponível e/ou gerado;
4. Estabelecer a diferenciação e intensidade de uso destas áreas mediante o zoneamento, tendo em vista a proteção de seus recursos culturais e naturais;
5. Destacar sua representatividade no SNUC, frente aos atributos de valorização de seus recursos como: biomas, convenções e certificações internacionais;
6. Estabelecer normas específicas que regulamentem a ocupação e o uso dos recursos naturais existentes dentro da APA;
7. Manter os usos destes recursos apresentados até o momento e ordená-los, sempre que não se verifiquem consequências negativas advindas dos mesmos;
8. Fortalecer a proteção da APA e ampliar o conhecimento sobre ela;
9. Identificar as fontes de recursos financeiros, orientando a aplicação dos mesmos;
10. Incluir as necessidades e as potencialidades para o desenvolvimento sustentável das comunidades

residentes na APA;

11. Garantir o direito e exercício de propriedade e das atividades econômicas no estabelecimento das
12. normas e diretrizes;
13. Resgatar os atributos e objetivos de criação da APA;
14. Incorporar e, sempre que possível, integrar aos documentos de planejamento elaborados ou em elaboração para a região, tais como Planos de Bacias Hidrográficas, Planos de Desenvolvimento Turístico, Planos Diretores Municipais, Zoneamento Ecológico e Econômico, e outros que se considere importantes.

Nessa perspectiva, a Diretoria de Criação e Manejo das Unidades de Conservação – DIMAN, no ICMBio e o Projeto Manguezais do Brasil empreenderão esforços para a elaboração do Plano de Manejo da APA. A coordenação, o acompanhamento e a supervisão dos trabalhos estarão a cargo da equipe responsável pela elaboração de Planos de Manejo da Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo – COMAN, que é parte da DIMAN, pela equipe técnica da APA, e pela equipe do Projeto Manguezais do Brasil.

6- Propósito da contratação: Elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruibe (APA CIP)

7 – Descrição das atividades:

Os trabalhos de elaboração do Plano de Manejo serão desenvolvidos em sete etapas:

- 1ª. Etapa: Coleta, Sistematização e Análise das Informações e Dados Disponíveis;
- 2ª. Etapa: Elaboração do Plano de Trabalho e Cronograma Detalhado;
- 3ª. Etapa: Reconhecimento de Campo e Reuniões Abertas;
- 4ª. Etapa: Atualização dos Encartes relativos à contextualização e análise regional (encarte I) e análise da APA (encarte II) ;
- 5ª. Etapa: Mapeamentos;
- 6ª. Etapa: Elaboração do Encarte III: Discussão e Aprovação do Encarte III; E
- 7ª. Etapa: Entrega e aprovação da versão final do Plano de Manejo (incorporados os devidos ajustes);
Consolidação do Formato Final.

De maneira a detalhar as etapas acima indicadas, o ICMBio orienta que sejam realizadas as seguintes atividades:

1. Realizar reunião para a organização do planejamento onde será feito um reconhecimento de campo, o cronograma de atividades, identificação dos responsáveis, fluxograma de funções e as datas prováveis de realização das atividades.
2. Realizar reunião com os servidores das UC e Conselho Consultivo, para obter informações e assegurar os procedimentos de trabalho na área.
3. Definição dos técnicos das UC que participarão da Equipe de Planejamento.
4. Apresentação e discussão da metodologia de planejamento.
5. Definição preliminar, com a Equipe de Planejamento do ICMBio, da Região da UC (área de abrangência dos trabalhos).
6. Realizar o levantamento bibliográfico e cartográfico para a atualização dos Encartes relativos à contextualização e análise regional (encarte I) e análise da APA (encarte II), bem como a elaboração do Encarte Planejamento (III).
7. Elaborar plano de trabalho, constituído de materiais e métodos, metodologias, técnicas, passos e etapas para a realização dos trabalhos contratados.
8. Elaborar versão preliminar dos Encartes 1 e 2 do Plano de Manejo da APA
9. Preparar uma proposta de avaliação estratégica, objetivos específicos e manejo, bem como normas, para discussão e aprimoramento.
10. Proceder às interpretações das imagens de satélite e demais produtos disponibilizados para a elaboração do Plano de Manejo.
11. Realizar as reuniões abertas com os diferentes grupos de interesse, identificados durante a Organização de Planejamento;
12. Visitar os representantes de órgãos públicos de interesse e de instituições não governamentais para obter informações que subsidiem a elaboração do diagnóstico das UC;
13. Preparar uma proposta do Encarte 3, para discussão e aprimoramento.
14. Fazer entrevistas com o pessoal da UC, presencial, por telefone, skype, e-mail etc., aproveitando todas as visitas de campo, para completar o levantamento de dados e informações e aprimorar o conhecimento da UC.
15. Redigir/consolidar/escrever o Encarte 3 para toda a UC.
16. Participar integralmente em cada uma das reuniões técnicas indicadas pela COMAN.
17. Proceder às correções indicadas pelo ICMBio (COMAN e equipe das UC) de todos os produtos.

8.1. Forma de apresentação:

Todos os produtos, em todas as versões (intermediários; parciais; preliminares ou finais) serão apresentados completos e com o nível de detalhe e linguagem adequada para sua perfeita compreensão e entregues nos prazos especificados. Os produtos atenderão às Normas de Apresentação e de Formatação dos Produtos (Iniciais, Intermediários, Parciais e Finais) fornecidas pelo ICMBio. As mesmas orientações

se aplicam aos anexos dos produtos e do PM completo.

Os produtos intermediários e finais serão entregues em língua portuguesa, totalmente revisados e obedecendo ao novo acordo ortográfico, em qualidade Laserprint ou similar, em papel formato A4 (impressos frente e verso) para os textos e em meio digital (DVD), formatadas e gravadas em editor de texto Word for Windows e em arquivo PDF.

As versões parciais, preliminares e intermediárias dos produtos serão entregues em apenas uma via impressa e em meio eletrônico (CD/DVD ou pen drive). Os arquivos eletrônicos estarão em Word for Windows e em PDF (qualidade para impressão). O ICMBio informará em tempo sobre a necessidade de mais ou menos cópias em comunicação por e-mail.

O PM completo, na versão final, será entregue em Word, PDF (qualidade para impressão e formato Web) e shape para mapas, além de cópias impressas para as destinações que o ICMBio deve garantir (arquivo central, UC e rede mundial de computadores). As especificações fornecidas pelo ICMBio quanto à versão final do PM completo, último produto devido, são as seguintes:

- 05 vias originais impressas (frente e verso).

- 04 cópias em CD/DVD em Word for Windows, com os dados do geoprocessamento,

conforme especificado no TR, no formato PDF (para impressão) e no formato PDF para Web, citado abaixo.

- 20 cópias em CD/DVD em versão PDF, com qualidade para impressão.

- 01 cópia em CD/DVD, conforme especificado abaixo, para disponibilização do PM na página do ICMBio (formato Web):

- Formato: PDF (*.pdf), otimizando para tamanho mínimo;
- Compressão máxima.
- Resolução de imagens e mapas para o máximo de 200dpi.
- Tamanho do arquivo, no máximo, de 15MB, dividindo o arquivo se ultrapassar este tamanho (15MB).

Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digital e apresentadas em formato para ARCVIEW (formato shape-file para dados vetoriais e TIFF para imagens).

Os arquivos de impressão serão entregues no formato Word (para textos) e PDF e MXD para ilustrações. Todos os mapas serão impressos em papel tamanho A3 de papel.

Em função do tamanho da UC, sua representação em mapas e ilustrações diversas será na escala mínima de 1:50.000.

Todos os aplicativos usados, bem como as autorias, créditos institucionais, datas e locais de publicação serão claramente colocados nas capas (externas e internas) das cópias em papel e nos meios eletrônicos, citando o nome do(s) autor(es) e das pessoas envolvidas na produção dos documentos. As instituições serão colocadas no item de créditos institucionais.

8.2 Direitos autorais e de propriedade intelectual

- A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito de contrato a ser firmado serão do CONTRATANTE. O CONTRATADO se obriga a firmar documento contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE.

<ul style="list-style-type: none"> • Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio. • Fontes de consulta e créditos para fotos, figuras, mapas, dentre outros deverão ser apresentados conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). 		
9. PRODUTOS	VALOR (R\$)	DATA PREVISTA
Produto 1: Documento contendo levantamento de informação secundária	15%	30 dias após a assinatura do contrato
Produto 2: Documento apresentando uma análise global do processo, com relatório de dados, informações e reuniões, mapas de uso de solo, e versão preliminar dos Encartes 1 e 2 do Plano de Manejo da APA	35%	100 dias após a assinatura do contrato
Produto 3: Documento apresentando o relatório específico das oficinas, mapas temáticos e de zoneamento.	10%	130 dias após a assinatura do contrato
Produto 4: Documento apresentando a versão preliminar do Encartes 3	15%	160 dias após a assinatura do contrato
Produto 4: Documento final (Plano de Manejo completo com anexos).	25%	225 dias após a assinatura do contrato
<p>OBS: Independente do local de origem da consultoria, para a execução das atividades o(a) profissional deverá se deslocar a Brasília, quando pertinente, conforme programação estabelecida preliminarmente. Os pagamentos serão feitos após apresentação dos produtos dentro do prazo previsto e mediante aprovação atestados pela direção do projeto.</p>		
PERFIL DO PROFISSIONAL		
10. Modalidade a ser Contratado:	(X) Produto	
11. Período da Contratação (máximo 8 meses)	8 meses	
12. Valor do Contrato: Estão inclusos no custo do contrato e ocorrerão por conta do(a) contratado(a) a todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.	Total: R\$	
13. Nº de Vaga(s):	01	

14. Nível de Escolaridade Desejado:	<input type="checkbox"/> Nível Superior	<input checked="" type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
15. Formação(ões) Acadêmica(s): Nível Superior em ciências humanas e/ou exatas. Mestrado em áreas vinculadas com o objeto da contratação.			
16. Experiência Profissional: Experiência com processos de elaboração de Planos de Manejo de UCs, ou outros planos setoriais. Experiência em zoneamento. Bom conhecimento das ferramentas para geoprocessamento (SIG). Conhecimento das áreas de trabalho e dos atores institucionais e sociais envolvidos no território da APA. Desejável experiência com iniciativas de articulação institucional e gestão de unidades de conservação, bem como com metodologias participativas.			
17. Localidade de Realização do Trabalho: Brasília/DF			
18. Disponibilidade para Viagens:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
19. Conhecimentos em Informática:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
20. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
21. Conhecimento em língua inglesa:	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	
22. Capacidade de redação clara e concisa em português.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
23. Insumos Previstos: Disponibilidade para reuniões em Brasília durante a execução da consultoria, se necessário. Os custos de viagem e diárias para reuniões em Brasília serão subvencionados pelo Projeto Manguezais do Brasil.			

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO – VAGA 26

1. ANÁLISE DE CURRÍCULO (MÁXIMO 70 PONTOS) POR ÁREAS

Critério		Pontos
Formação acadêmica não atende ao perfil profissional solicitado no Edital.		Eliminado
Formação Acadêmica Pontuação Máxima: 20 (vinte) pontos	Mestrado em área compatível	8,0
	Doutorado em área compatível	12,0
Experiência Profissional Pontuação máxima: 50 (cinquenta) pontos	Experiência em desenvolvimento de planos de manejos, outros planos setoriais e de planejamento e/ou ordenamento territorial.	5,0 por trabalho ou a cada 12 meses de experiência (máximo 20 pontos)
	Publicações relevantes vinculadas com o objeto da contratação	5,0 por trabalho (máximo 20 pontos)
	Conhecimento e experiências profissionais na área geográfica de realização da consultoria	2,5 por trabalho ou a cada 12 meses de experiência* (máximo 10 pontos)

2. ANÁLISE DE ENTREVISTA (30 PONTOS)

Critério	Pontuação máxima	
Entrevista Pontuação máxima: 30 (trinta) pontos	Habilidade de expor e relatar experiências prévias em temas similares ao objeto de contratação.	15,0
	Apresenta visão sistêmica do objeto de contratação.	15,0
	Disponibilidade imediata de assumir a consultoria nos locais designados	Eliminatório

MODELO DE CURRICULO

CÓDIGO DA VAGA PRETENDIDA:

INFORMAÇÕES PESSOAIS							
Nome completo:							
E-mail:							
Nº do RG: Órgão Expedidor: Data de Expedição:							
Data de nascimento: (dd/mm/aaaa) *Local de nascimento: Sexo: Nome do Pai: Nome da Mãe:							
Estado civil: Língua Pátria:*							
Nacionalidade de origem: Nacionalidade atual:							
HISTÓRICO PESSOAL							
Você é ou já foi Funcionário Público Permanente a serviço do Governo?							
Cite publicações significativas que você tenha escrito (não anexar):							
ENDEREÇOS							
Tipo Endereço CEP	Estado	País	Endereço	Cidade	Estado	País	CEP
Comercial							
Residencial							
TELEFONES							
Tipo	DDI	DDD	Telefone	Ramal			
ESCOLARIDADE							
Escola; Cidade; País	Curso	Início	Término	Certificado	Nível		
CURSOS DE CURTA DURAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO (40 A 359 HORAS), INCLUINDO CURSOS DE IDIOMAS 359 HORAS							
Nome do Curso	Local do Curso	Carga Horária					

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A partir da data:	Até (data):	Tempo de Experiência:
Cargo:	Empregador:	
Supervisor		
Cidade/Estado:		
Atividades:		
Número e tipo de empregados supervisionados		
Para cada experiência profissional em ordem cronológica, acrescentar um quadro acima.		

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Língua	Leitura (Com facilidade ou com dificuldade)	Escrita (Com facilidade ou com dificuldade)	Conversação (Com facilidade ou com dificuldade)	Compreensão (Com facilidade ou com dificuldade)

ESPECIALIDADES

No quadro abaixo você deverá listar um máximo de duas especialidades, de preferência as que estejam diretamente relacionadas com o objeto de contratação do seu código.

ESPECIALIDADE	TEMPO DE EXPERIÊNCIA (ANOS)

FAMILIARES EM ORG. INTERNACIONAIS

Nome	Org. Internacional	Parentesco

RESUMO DO CURRÍCULO: (De acordo com o perfil descrito no código a que está concorrendo, fazer um resumo da experiência profissional e respectivo período):

DATA ____/____/____

ASSINATURA